



# DESVINCULADO DA USP, HRAC PODE TER SUA GESTÃO PRIVATIZADA

Rodrigo Neves  
Estagiário em Jornalismo

*Em 2001, o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC-USP), ou “Centrinho”, foi premiado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em reconhecimento à sua colaboração para o desenvolvimento de pesquisas, tratamento e prevenção de lesões labio-palatais. Porém, a história de sucesso iniciada em 1967 foi desrespeitada e atropelada em agosto de 2014 pela Reitoria da USP, que subitamente resolveu desvincular o hospital. Agora, o HRAC virou moeda de troca na criação, em apenas 15 dias, de um curso de medicina com fins eleitorais*

**N**a década de 1960, um grupo de professores da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB) detectou em uma pesquisa que uma dentre 650 crianças nasce com fissuras labiopalatais. Tal dado incentivou sete professores da FOB a criarem, em 1967, um centro de estudos não só para pesquisas na área, mas também para o atendimento da população: o Centro de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais, que viria a ser chamado carinhosamente de “Centrinho”.

Cinquenta anos depois, o Centrinho já ultrapassou a marca de mais de 100 mil pacientes atendidos de forma interdisciplinar. Hoje se chama Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC), reconhecido como o maior centro para pesquisa e tratamento craniofacial do mundo. As deficiências craniofaciais são a terceira deficiência mais comum a afetar os seres humanos. Em 2001, na Suécia, o HRAC foi premiado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em reconhecimento à sua colaboração para o desenvolvimento de pesquisas, do tratamento e da prevenção

das anomalias craniofaciais. Porém, a história de sucesso do Centrinho-HRAC seria atropelada em 2014 pela própria Reitoria da USP.

Por proposta do reitor, que somente veio a público meros quinze dias antes, em 26 de agosto de 2014 o Conselho Universitário (Co) deliberou pela desvinculação do HRAC, transformando-o de “Órgão Complementar” em mera “Entidade Associada” e, ao mesmo tempo, em “Autarquia Especial” vinculada à Secretaria de Saúde do Estado. A justificativa defendida pela Reitoria ia pelo usual argumento, falacioso, da suposta crise financeira da USP pelo “excesso” com a folha de pagamentos.

A aprovação, pelo Co, da proposta de desvinculação foi escandalosamente ilegal, porque obteve apenas 63 votos a favor, sendo que o Estatuto da USP exige maioria qualificada de votantes, ou dois terços do colegiado, para modificações que envolvam órgãos complementares. Portanto, seriam necessários pelo menos 77 votos. Em setembro seguinte, a Adusp protocolou na Secretaria Geral da USP, órgão da Reitoria, uma

petição ao Co para anular a desvinculação do HRAC. Em novembro, o secretário geral Ignacio Poveda recebeu novo documento: um “pedido de inclusão em pauta” subscrito por 26 membros do Co (21% do colegiado), para que a petição apresentada pela Adusp fosse incluída na pauta da reunião seguinte. Este número superava o mínimo exigido pelo Regimento do Co para tais pedidos.

O reitor, contudo, decidiu não submeter a petição ao Co, o que motivou protestos de vários conselheiros na primeira reunião de 2015, realizada em 3 de março. Os representantes da Reitoria sequer se deram ao trabalho de responder às críticas. Por ironia, na abertura da reunião M.A. Zago expôs um balanço de seu primeiro ano de gestão, salientando que as ações reitorais teriam promovido “democratização” e “transparência”.

A desvinculação do HRAC foi objeto de crítica de uma avaliação institucional realizada em setembro de 2015 pelo professor Antônio Rugolo Junior, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), e pelo professor Ronald Strauss, da University of North Carolina. “Ficou muito claro para nós que além de criar uma séria insegurança entre os funcionários, a migração do hospital para fora da universidade iria causar uma diminuição da qualidade da assistência, ensino e pesquisa”, diz o relatório. “Nós ficamos profundamente preocupados ao considerar que a ameaça de mudar o HRAC-USP para a Secretaria de Saúde poderia acabar com a possibilidade do hospital tratar pacientes com fissura labiopalatina, malformações craniofaciais e deficiência auditiva do país todo. Além disso, nós vemos a possível



Cláudia Carrer, ex-integrante do Conselho Deliberativo

mudança como prejudicial à missão de pesquisa da instituição. Não conseguimos encontrar vantagens nessa saída da Universidade”.

**O Centrinho atendia pacientes do Brasil todo, hoje atende unicamente os matriculados. Casos novos agora somente da região: 68 municípios. Quem nascer com fissura labio-palatal no Rio de Janeiro, por exemplo, terá de procurar atendimento por lá mesmo**

Graças à desvinculação, o hospital foi lançado em um limbo jurídico-administrativo. Quase três anos depois da decisão, ainda é a USP que adminis-

tra e financia o hospital. Entretanto, o Centrinho passou neste ano por uma regulação de vagas do Sistema Único de Saúde (SUS). Relato de Cláudia Carrer, funcionária do HRAC e ex-representante dos servidores no Conselho Deliberativo do hospital, revela que a advertência dos avaliadores Rugolo e Strauss quanto às restrições geográficas do atendimento tinha fundamento: “O Centrinho atendia pacientes do Brasil todo, hoje apenas os matriculados. Casos novos agora somente da região: se não me engano, 68 municípios. Então, por exemplo, paciente que nasce [com lábio] fissurado lá no Rio de Janeiro não vai vir mais para o Centrinho, ele terá que procurar no Estado dele um centro de referência que o atenda lá”.

Desde setembro de 2016 o HRAC reduziu seu atendimento semanal de 16 novos pacientes com fissura labio-palatal para apenas quatro, segundo registrado em ata do Conselho Deliberativo. Também passou neste ano por

regulação do Sistema Único de Saúde (SUS): em vez de atender pacientes de todo o país, agora atenderá somente 68 municípios da região. Tais restrições deverão afetar sensivelmente os serviços oferecidos pelo hospital, que em 2016 atendeu 612 portadores de fissura labiopalatina (média mensal de 51) e 40 de malformação craniofacial, realizou quase 10 mil cirurgias e abriu mais de 5 mil prontuários (vide <http://goo.gl/Byd5w7>).

Soma-se à diminuição de atendimento a precarização do hospital realizada pelas ações da Reitoria. Implantado o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), dos dez anestesistas restaram apenas cinco. “Temos cinco salas de cirurgia, mas apenas duas funcionando, por falta de anestesistas”, diz Cláudia.

O limbo jurídico-administrativo ficou ainda mais evidente com a exoneração, em janeiro de 2016, da fonoaudióloga Regina Bortoleto Amantini do cargo de superintendente do HRAC. Regina assumira o cargo em 2012, quando da aposentadoria do então superintendente, o professor José Alberto de Souza Freitas. Em 2014, ela foi a primeira na lista tríplice elaborada pelo Conselho Deliberativo e foi nomeada pelo reitor para um mandato de quatro anos. Tudo indica que a atitude de Regina de uma certa cautela nas tratativas com a Secretaria de Saúde, bem como de respeito aos pacientes (“Em nenhum momento vai mudar o nosso atendimento, vamos continuar atendendo as anomalias craniofaciais”, declarou ela à TV Câmara de Bauru), incomodaram o reitor, que não tolera qualquer independência intelectual.

O mandato de Regina foi subitamente interrompido por um telefo-

nema do chefe de Gabinete do reitor, Osvaldo Shigueru Nakao, que comunicou a ela sua exoneração e a nomeação (pelo vice-reitor V. Agopyan) da professora Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, a Cidinha, diretora da FOB, para assumir o cargo. Na fatídica reunião do Co que desvinculou o HRAC, a intervenção de Maria Aparecida foi importante para angariar votos indecisos. Ela apoiou integralmente a proposta do reitor e sustentou que o Conselho Deliberativo do hospital havia debatido o assunto, o que foi negado por docentes da FOB e funcionários.

No mesmo mês, o *Informativo Adusp*, em reportagem sobre a substituição de Regina por Maria Aparecida, questionava: “como é possível tal ato administrativo, se não é atribuição do reitor da USP nomear os dirigentes de entidades associadas”? Assim, Maria Aparecida, que já presidia o Conselho Deliberativo do HRAC, passou a acumular a superintendência, além da direção da FOB.

A somatória de irregularidades foi, de certa forma, reconhecida pela própria professora quando, repetidamente, ela se autodeclarou “interventora” do reitor. “Ela assumiu e, passado algum tempo, afirmou — em uma reunião do Conselho Deliberativo — que veio como interventora”, lembra Cláudia Carrer, que na época representava no colegiado os funcionários técnico-administrativos. “Na reunião seguinte, ao aprovar a ata da reunião em que ela disse isso, não constava esta fala na ata. Eu disse que deveria constar. Ela escancarou de vez e disse: ‘Eu vim mesmo como interventora e essa era uma ordem do reitor’, então consta em duas atas”.



Regina Amantini, ex-superintendente

## **Maria Aparecida Machado, superintendente do hospital e diretora da FOB, assumiu e encaminhou a proposta de criação de um curso de Medicina na faculdade, num “arranjo” que delega o controle do HRAC ao governo estadual e a alguma entidade privada**

“É muito importante ressaltar que a Cidinha estava como diretora da FOB, virou superintendente do Centrinho. A Superintendência do Centrinho é subordinada ao Conselho Deliberativo (CD). Segundo o regimento do Centrinho, o presidente do CD é o diretor da FOB, ou seja, ela está subordinada a ela mesma. Ela não prestava contas de nada a ninguém”, aponta Cláudia.

Ainda em 2016, segundo o *Jornal da Cidade*, de Bauru e região, o Centrinho

diminuiu o atendimento mensal de 17 para 4 novos pacientes com fissuras labiopalatais, principalmente devido à falta de contratações de novos profissionais. Um dos arremedos encontrados pelos gestores para o problema foi um convênio assinado pela Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP, entidade privada) com uma ong internacional chamada Smile Train, que pagará 250 dólares para cada cirurgia reparadora realizada, pedindo em contrapartida fotografias de cada paciente antes e depois da operação.

Mesmo em situação crítica, vendo-se impelida a recorrer à ajuda financeira de ongs, a professora Maria Aparecida encampou e encaminhou a proposta de criação de um curso de Medicina na FOB. Segundo o documento, datado de 20 de dezembro de 2016, “propõe-se uma releitura da forma de cooperação da USP com o HRAC-USP [sic] e o SUS”. O HRAC, que conforme o *script* reitoral deixou de ser “Órgão Complementar” para tornar-se “Entidade Associada”, portanto estranha à USP, continua a ser no entanto “HRAC-USP”. Surpre-



Professora Maria Aparecida Machado, M.A. Zago, prefeito Clodoaldo Gazetta, Alckmin, Tobias e Uip: "arranjo" com finalidades eleitorais

ende que um documento oficial refira-se a formas de “cooperação” entre, de um lado, o ente denominado “HRAC-USP” e, de outro lado, o ente “USP”. E, ainda, de modo surreal, proponha uma “releitura” de tal cooperação.

“A USP, nessa proposta de cooperação com o SUS, fortaleceria o Campus de Bauru como polo de Saúde bem como as práticas especializadas do HRAC-USP, mediante criação de um Curso de Medicina”, diz o documento. “Por outro lado, a Secretaria de Estado

da Saúde-SP/SUS assumiria o HRAC-USP, preferencialmente na forma de um hospital estadual”, “em associação com a USP, por meio de convênio, com a intervenção da USP e apoio de uma organização social ou fundação com expertise na área de saúde”. Assim, embora confuso, o documento revela que se cogita terceirizar o HRAC.

O documento revela, ao mesmo tempo, a aparente incoerência no discurso da burocracia universitária, mas também o que este discurso ten-

ta esconder. A incoerência se mostra no fato de que a desvinculação foi defendida, em 2014, como uma forma de desonerar a folha de pagamento da USP. Entretanto, dois anos após a desvinculação formal, o governo exige como contrapartida para a vinculação do hospital a criação de um curso de Medicina, com abertura de 60 vagas em 2018, e que — se a proposta for minimamente séria, o que ainda resta por comprovar — deverá consumir novos recursos da universidade. Como diz o

documento, “com este arranjo, a USP deixaria de desembolsar/ano o valor de R\$ 2.157.603,24” e “com este montante, seria possível a contratação de 9 docentes em regime de RDIDP”. A vantagem da USP, segundo o discurso de M.A. Zago e seus seguidores, não seria mais a economia de verbas, mas a dedicação exclusiva à sua suposta atividade-fim: a formação de profissionais.

O que este discurso esconde é a paulatina destruição e precarização do HRAC, assim como o abandono do tripé que sustenta a excelência da USP: pesquisa, ensino e extensão. A orientação de que o hospital seja terceirizado, gerido por uma fundação privada ou “organização social”, está declarada. Sairá prejudicada a população, inclusive indiretamente, pois será afetada a formação dos profissionais de saúde, que em futuro próximo poderão encontrar no HRAC funcionários em um regime de trabalho cada vez mais precário e menos voltado para o ensino.

## O processo de criação do curso de Medicina da FOB transcorreu com rapidez fulminante entre 21 de junho, quando reuniram-se Maria Aparecida, o reitor, o secretário David Uip e o prefeito de Bauru, e 4 de julho, quando o Co aprovou a proposta

“Existe uma comemoração muito grande em torno da criação da



**Maria Aparecida Machado, diretora da FOB e superintendente do HRAC**

faculdade de medicina, mas em que condições? Não temos condições de receber esse pessoal aqui. Com que professor? É inviável. Ela [Maria Aparecida] está juntando a fome dela com a vontade do Alckmin de se eleger. Para nós está muito claro”, comenta Cláudia Carrer.

O processo de criação do curso de Medicina da FOB transcorreu de forma especialmente rápida. A proposta foi apresentada à Pró-Reitoria de Graduação, como visto, em dezembro de 2016. No dia 21 de junho de 2017, reuniram-se o reitor M.A. Zago, a professora Maria Aparecida, o prefeito de Bauru Clodoaldo Gazzetta (PSD), o deputado estadual Pedro Tobias (PSDB) e o secretário estadual de Saúde, David Uip, que, segundo a *Folha de S. Paulo*, é forte pré-candidato do PSDB à eleição de governador em 2018. No dia seguinte, 22 de junho, a professora Maria

Aparecida encaminhou a proposta à Comissão de Graduação da própria unidade. A Comissão de Graduação se reuniu extraordinariamente no dia seguinte e aprovou a proposta. Nessa mesma data, 23, o processo voltou para o pró-reitor de Graduação, Antonio Carlos Hernandez. Este, em despacho dado no dia 27, solicita que o processo seja encaminhado ao professor Edmund Barcat, presidente da Câmara Curricular e do Vestibular (CCV), para emissão de parecer. O parecer, favorável, é dado *ad referendum* pelo próprio professor Barcat no dia 28 de junho! Nesse mesmo dia é aprovado no Conselho de Graduação (CoG).

Finalmente, no dia 29 de julho, o projeto é aprovado em uma reunião extraordinária da Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) e igualmente na Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA), entrando nessa mesma

# AÇODAMENTO E “PARECERES- RELÂMPAGO”

A proposta de transformação de um órgão da USP em “Entidade Associada”, verdadeira aberração do ponto de vista jurídico, deve-se a uma “brilhante” ideia da Procuradoria Geral (PG-USP), que a formulou em um único dia (e apenas uma semana antes da votação no Co), o que dá a medida do açodamento irresponsável com que a Reitoria conduziu questão de tamanha importância. Naquele momento, o reitor ainda planejava desvincular também o Hospital Universitário (HU).

Todo o trâmite da consulta jurídica se deu em apenas três dias. Em 18 de agosto de 2014, o então chefe de Gabinete, José Drugowich, encaminhou ofício ao então procurador geral Gustavo Monaco, “solicitando a elaboração de estudo, visando adequar as normas da USP à proposta de alteração do *status* do Hospital Universitário e do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais junto à estrutura da Universidade”. Em resposta, em apenas dois dias os dois principais órgãos de consultoria jurídica da universidade — a PG-USP e a Comissão de Legislação e Recursos (CLR) — não só convalidaram a proposta de desvinculação, como, pior ainda, emitiram pareceres “relâmpago” que formataram uma “saída” jurídica que, além de cruel, é totalmente desprovida de elementar bom senso.

Bastou o dia 19 para que a PG providenciasse o “estudo” solicitado por Drugowich. O resultado de rapidez tão estonteante merece ser lido com atenção: “Com relação ao Regimento Geral, esclarece que este elenca em seu artigo 8º quais são os órgãos complementares da Universidade, a saber, o Hospital Universitário (inciso I) e o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (inciso II), sendo necessário revogar tais incisos, mantendo-se hígido o *caput* para a hipótese de, no futuro, a Universidade optar por criar algum(ns) órgão(s) complementar(es). [...] No caso concreto, os atos de

transferência dos hospitais para o Estado, quando aperfeiçoados, criarão pessoas jurídicas próprias, dotando-as de personalidade jurídica nova e autônoma da USP, daí porque se faça necessário pensar em um mecanismo jurídico apto e hábil a dotar, desde logo, tais hospitais do *status* de entidades associadas. Com esse intuito, sugere a inclusão de uma disposição geral ao Regimento Geral, após seu artigo 262, com a seguinte redação: ‘Artigo 263- Fica assegurado [sic] ao Hospital Universitário e ao Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais a condição de Entidades Associadas à USP, dispensados os requisitos do artigo 10 deste Regimento Geral’”.

No dia 20, a CLR emitiu seu parecer “favorável à proposta de alteração do Regimento Geral, acompanhando o parecer do relator, sugerindo modificação na redação proposta [pela PG] do artigo 263, nos seguintes termos: “Artigo 263- O Hospital Universitário e o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais *integram o elenco de Entidades Associadas*, previsto no artigo 14 das Disposições Transitórias do Regimento Geral, dispensados os requisitos de admissão do artigo 10 deste Regimento” (destaques nossos).

A versão da CLR foi a “aprovada” pelo Co, ilegalmente como visto porque não foi alcançado o quórum necessário. Um documento da Reitoria registra as mudanças: “É aprovada a transformação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais em autarquia especial vinculada administrativamente à Secretaria Estadual da Saúde, mantendo a sua governança acadêmica pela Universidade. É aprovada, também, a transformação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais em Entidade Associada da Universidade de São Paulo, suprimindo, consequentemente, o inciso II do artigo 8º do Regimento Geral da USP, bem como a constituição de Comissão de Acompanhamento” (<http://bit.ly/2v4s6BL>, p.3).

Ocorre que só pode ser “Entidade Associada” alguma instituição pré-existente, externa à USP, que solicita à universidade que esta a declare “associada”, o que lhe confere certas vantagens. Desmembrar um órgão ou estrutura pertencente à própria USP, declarando que a partir daquele momento tal setor passa a ser uma “Entidade Associada”, é algo irracional, absurdo e que indica má-fé. Ademais, a transformação em “Autarquia Especial” leva a indagar: desde quando a USP tem poderes para criar autarquias?

(P.E.R.P.)



Protesto em Bauru contra a desvinculação do HRAC

data na pauta do Co, que o aprovou no dia 4 de julho. Portanto, em menos de 15 dias a proposta recebeu sucessivos pareceres favoráveis e foi aprovada, apesar de constituir um raro caso de curso de Medicina oferecido por uma Faculdade de Odontologia.

Antes da aprovação, a proposta foi criticada por diversos conselheiros por transferir ao governo estadual, na véspera de um ano eleitoral, um hospital composto por duas unidades, sem nada em troca. Em nota conjunta, os centros acadêmicos da Faculdade de Medicina (FM) e da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) reconheceram a necessidade de ampliação de vagas, mas questionaram a criação do curso num momento em que a Reitoria desmonta os hospitais

universitários sob a justificativa de crise financeira.

Segundo a professora Maria Aparecida, a contrapartida exigida pelo governo Alckmin para assumir a administração do Centrinho seria a criação do curso de medicina. A Reitoria argumentou, na reunião de 4 de junho, que o novo curso não criará mais despesas para a universidade e que esta deixará de gastar recursos com o hospital a partir da parceria.

A *Revista Adusp* encaminhou à professora Maria Aparecida uma série de perguntas, que não foram respondidas. “A Superintendência do HRAC-USP não irá se pronunciar”, informou o assessor de imprensa do hospital. Igualmente procurada, por

intermédio da sua assessoria de comunicação, a Reitoria não deu qualquer resposta.

A diretora da FOB e superintendente do HRAC deixou de responder se atualmente o hospital é uma “Entidade Associada” da USP, uma “autarquia especial” ou algum outro tipo de instituição pública. Deixou de explicar se ele ainda é financiado majoritariamente pela USP e qual a participação do SUS e da Secretaria de Saúde no orçamento do HRAC. Outras perguntas não respondidas por Cidinha: “Quais são os termos do acordo entre a USP, HRAC e a Secretaria de Saúde em relação à criação do curso de medicina? Por que a Sra. se considera uma interventora do reitor?”